

<b>REVISTA REDAÇÃO</b>	<b>35</b>
<b>PROFESSOR: Lucas Rocha</b>	
<b>DISCIPLINA: Redação</b>	<b>DATA: 22/09/2013</b>

## A segunda guerra do mensalão (IZABELLE TORES)



**Com uma composição que agora é desfavorável a ele, o presidente do STF, Joaquim Barbosa, terá o desafio de evitar a impunidade**

**NOVOS PROTAGONISTAS** - Emergem para a próxima etapa do julgamento. Além do presidente do STF, Joaquim Barbosa, exercerão papel fundamental os ministros Luiz Fux, Luís Roberto Barroso e Teori Zavascki (da esq. para a dir.)

**NA QUARTA-FEIRA** 18, quando o ministro Celso de Mello anunciou o voto de desempate no debate sobre embargos infringentes para 12 réus da ação penal 470, consumou-se uma mudança profunda no universo do Supremo Tribunal Federal. O julgamento do mensalão havia transformado o ministro Joaquim Barbosa no primeiro magistrado brasileiro cujo rosto foi reproduzido em máscaras de Carnaval e lhe trouxe uma popularidade capaz de alimentar uma eventual candidatura presidencial em 2014.

Treze meses depois, o juiz que muitos brasileiros passaram a considerar como símbolo da luta contra a corrupção encarou uma derrota que o placar de 6 votos a 5 não traduz em seu significado real. Se tivesse sido vitorioso mais uma vez, como aconteceu sem exceção em todas as deliberações relevantes do julgamento, Barbosa teria conservado a posição de força que lhe permitiu conduzir o processo até aqui e

provavelmente essa semana réus como o ex-ministro José Dirceu e o deputado João Paulo Cunha estivessem a caminho da cadeia para cumprir suas penas em regime fechado.

A derrota de Barbosa, no entanto, adiou esse final, frustrou boa parte dos brasileiros e lhe trouxe novos desafios. Nos próximos meses, o presidente do STF terá a missão de liderar uma corte que seja capaz de assegurar os direitos que a lei permite a réus já condenados, mas que seja intransigente com a punição. E terá de fazer isso sem os mesmos poderes de antes. Nessa nova etapa do mensalão, estarão em cena dois ministros que não participaram das decisões anteriores, um novo procurador da República e um novo relator. Além disso, o resultado da quarta-feira 18 mostra que uma nova correlação de forças pode se instalar no plenário da Suprema Corte, tornando-o mais legalista.

Com direito a pedir redução de penas e mesmo absolvição nos crimes de formação de quadrilha e lavagem de dinheiro, nas próximas semanas 12 réus de um total de 25 irão apresentar recursos ao Supremo e aguardar uma sentença definitiva no STF. O desafio é fazer com que esses recursos sejam apreciados com celeridade para que eventuais discussões sobre prescrição não venham a retardar a punição. Apesar de não ser mais o relator do processo, como presidente da Casa, Barbosa mantém considerável poder na condução dos trabalhos. Para acabar com a sensação nas ruas de que o processo do mensalão tende a seguir a centenária lógica elitista da Justiça brasileira, que distingue homens poderosos com dinheiro para bancar dezenas de advogados caríssimos dos ladrões de galinha que não desfrutam do mesmo privilégio, o presidente do STF pode, por exemplo, acelerar prazos para publicação dos acordãos dos embargos declaratórios.

Cabe também a ele definir a pauta de cada sessão, sua abertura e seu encerramento. Terá o direito de tomar decisões monocráticas a respeito de assuntos de relevância, como ocorreu no debate sobre embargos, que só pôde ser realizado depois que a maioria do plenário se rebelou contra a decisão inicial do presidente. Ainda na semana passada, Barbosa deu mostras de que não se intimidou com a derrota. Na quinta-feira 19, pediu aos colegas rapidez na redação de seus votos para que a decisão sobre os embargos fosse logo publicada e começasse a ser contado o prazo para apresentação dos recursos. Um dos ministros novatos, Luís Roberto Barroso, que votou contra Barbosa na quarta-feira, desta vez respondeu com presteza e afirmou que na segunda-feira 23 já terá concluído seu trabalho.



**CORRELAÇÃO DE FORÇAS** - Com o voto do decano Celso de Mello (embaixo, à dir. do ministro Gilmar Mendes) em favor dos embargos infringentes, o ex-ministro José Dirceu (abaixo) pode se beneficiar de uma composição do STF considerada mais "legalista" e se livrar do regime fechado. O novo procurador da República, Rodrigo Janot (acima), só pretende pedir a prisão dos condenados depois que todos os trâmites legais forem cumpridos



Embora com poucas chances de aprovação, nos próximos dias o presidente também poderá colocar em pauta a proposta de prisão dos réus, antes de julgados os recursos aceitos na semana passada. É o que se chama de desmembramento do transitado em julgado. Os ministros Gilmar Mendes e Marco Aurélio Mello defendem essa medida. Se o tribunal aceitar essa proposta, um condenado como o ex-ministro José Dirceu poderia ser preso já em dezembro para cumprir a pena de sete anos e 11 meses por corrupção em regime semiaberto. Enquanto isso, o STF decidiria se manteria ou não a pena pelo crime de formação de quadrilha. Se confirmada, ele passaria ao regime fechado.

Escolhido por sorteio, o novo relator, Luiz Fux, mostrou-se um aliado de todas as horas de Barbosa. Mas não possui a mesma autoridade entre os colegas. Acusado de ter

feito uma das mais persistentes campanhas para convencer a presidenta Dilma Rousseff a indicar seu nome para o STF, deixando em vários interlocutores do governo a certeza de que estava convicto da inocência dos acusados, sua capacidade de convencer ministros e liderar o plenário é muito baixa. Outra mudança no ambiente político em torno do tribunal consiste no novo procurador-geral da República, que dará sua opinião em vários momentos do julgamento, a começar pelos recursos que cada réu vai apresentar. Até agora, a postura de Roberto Gurgel sempre foi a de parceiro inquebrantável de Barbosa. O novo procurador, Rodrigo Janot, demonstra uma visão mais moderada e conciliadora. Na semana passada, Janot deixou claro que só pretende pedir a prisão dos condenados depois que todos os trâmites legais tiverem sido cumpridos.

**A FORÇA DO NOVATO** - O ministro Luís Barroso diz que pensa o direito "pela ótica da Constituição"



## PRÓXIMAS ETAPAS DO JULGAMENTO



O ponto decisivo, contudo, reside nas preferências de 11 ministros. Após 13 meses de julgamento, é evidente que a maioria já tem convicção formada e dificilmente irá se comover com novas argumentações. Prevê-se, assim, que os nove juízes que já integravam o STF na primeira fase se limitem a transportar os mesmos votos para a prorrogação, sem maiores alterações. Dos nove votos conhecidos, cinco acompanharam Joaquim e quatro votaram contra. Qualquer mudança a favor dos réus, por isso, irá depender dos dois ministros novos, Barroso e Teori Zavaski. Indicados por Dilma Rousseff – como Fux e também Rosa Weber –, os dois já deixaram claro que têm uma visão crítica do julgamento. Barroso chegou a dizer que o mensalão foi um “ponto fora da curva” na história do STF. Por outros caminhos, Zavaski demonstrou opinião coincidente. O comportamento de ambos na fase em que o STF discutiu embargos declaratórios, porém, demonstrou uma postura mais complexa. Mesmo reconhecendo méritos na argumentação da defesa, nenhum dos dois votou a favor dos embargos declaratórios, preferindo perfilar-se com a maioria liderada por Barbosa. Barroso e Zavaski tiveram um papel importante na aprovação dos embargos infringentes. Mas será preciso aguardar o debate de mérito para saber como irão se posicionar. Até agora não se mostraram contrários às condenações.

A principal lição do voto de desempate de Celso de Mello, na semana passada, consiste em evitar maniqueísmos que só podem prejudicar o Direito e a Justiça. Mesmo inteiramente convencido da culpa dos condenados da Ação Penal 470, o decano apoiou os embargos infringentes sem manifestar a menor dúvida de que os condenados são mesmo culpados e devem cumprir a pena recebida. A questão, lembrou o decano, é que um juiz deve ser “justo, isento, imparcial e independente”. Não pode negar a um réu uma garantia assegurada a todos os cidadãos nem renunciar a suas convicções da missão do Direito em favor de pressões políticas ou da opinião das multidões. Esclarecendo, com base numa decisão do Congresso de 1998, que, longe de constituir uma “filigrana ou tecnicidade,” os embargos integram os direitos fundamentais do regime democrático, Celso de Mello definiu um equilíbrio necessário entre a necessidade de punir crimes de toda natureza e a importância de se garantir uma ampla defesa, mostrando que é preciso combater a impunidade, mas nem por isso deve-se aceitar que direitos sejam atropelados. Num país onde há justa indignação com a impunidade, caberá agora ao ministro Joaquim Barbosa separar com rigor o que é direito assegurado daquilo que é filigrana ou tecnicidade, armas que advogados competentes costumam usar para protelar a punição dos culpados.

# “CREIO NA TOLERÂNCIA”

Indicado ao STF pela presidenta Dilma Rousseff, o ministro Luís Roberto Barroso integra a ala do tribunal chamada de “garantista”, ou seja, a que defende o amplo direito de defesa dos réus. Assim, ele votou há duas semanas em favor dos embargos infringentes, recursos que permitiram um novo julgamento aos condenados do mensalão que tiveram mais de quatro votos pela absolvição nos crimes de formação de quadrilha e lavagem de dinheiro. Como Barroso irá votar na hora da discussão do mérito, não se sabe. O certo é que, na nova correlação de forças do Supremo, o ministro “novato” pode preferir um dos votos decisivos para a condenação ou absolvição dos mensaleiros. Em entrevista à ISTOÉ, concedida na quinta-feira 19, o carioca frequentador da praia de Ipanema, hoje morador de Brasília, falou sobre sua trajetória de vida e profissional. Sobre a nova etapa do julgamento, afirmou crer “no bem, na justiça e na tolerância”.

**ISTOÉ** – O sr. é um dos pais da teoria do neoconstitucionalismo. O que significa isso?

**Luís Roberto Barroso** – O neoconstitucionalismo é um termo que identifica um modo de pensar o direito pela ótica da Constituição, com ênfase na concretização dos direitos fundamentais e dando um papel proeminente ao Poder Judiciário, sobretudo nos casos em que o Legislativo não tenha atuado.

**ISTOÉ** – O fato de o sr. não ser criminalista dificulta a sua atuação no julgamento do mérito dos embargos?

**Barroso** – O direito hoje em dia gravita em torno da Constituição. Inclusive o direito penal. Mas, independentemente da Ação Penal 470, tenho estudado direito penal nos últimos meses por achar que esta é uma área que está desarrumada no Brasil. Há excelentes autores, faço logo a ressalva. Mas o sistema está desarrumado.

**ISTOÉ** – O sr. segue algum ritual para se preparar para julgamentos importantes?

**Barroso** – Creio no bem, na justiça e na tolerância. Acho que este é o conteúdo do que penso. Quanto à forma, creio na gentileza e no bom humor. Meu ritual é lembrar-me disso.

**ISTOÉ** – Recentemente, uma reportagem questionou o fato de seu escritório de advocacia ter sido contratado sem licitação pelo governo. Como o sr. explica isso?

**Barroso** – A Eletronorte contratou uma antiga sócia minha para representá-la em uma arbitragem. Contratou de novo, porque ela já atuara em outros casos da empresa, com sucesso. Eu nem soube disso, nem tinha razão para saber, pois me afastei do escritório logo que fui indicado para o STF. Eu saí em junho. O contrato, pelo que fiquei sabendo, é de agosto. A história é absurda. Mas, em tempos de Ação Penal 470, tudo é motivo para a maldade.

**ISTOÉ** – É verdade que o sr. atuou como advogado da TV Globo?

**Barroso** – Não vou comentar sobre clientes que tive. Já fui advogado de muita gente, de confederação sindical e confederação empresarial, de gente que não tinha onde cair morta e de gente que não sabia o que fazer com tanto dinheiro. De comunistas e de centristas (no Brasil, ninguém é de direita). Onde eu achasse que havia um bom direito, eu aceitava.

**ISTOÉ** – O sr. enfrentou uma doença grave e foi tratado pelo mesmo médico da Dilma. Como o sr. leva a sua vida hoje?

**Barroso** – Estou passando bem, sem doença, e vivo um dia depois do outro. A vantagem de quase morrer é que a vida ganha outra dimensão. Só penso coisa boa, não desejo o mal de ninguém, trabalho para um mundo melhor para os meus filhos e para os filhos de todos.

**ISTOÉ** – O sr. morava em que bairro no Rio de Janeiro? Quando e por que se mudou para Brasília?

**Barroso** – Morei em Copacabana durante a maior parte da vida e no Leblon nos últimos dez anos, antes de mudar para Brasília. Eu advogava no STF e no STJ e, portanto, passava uns dois dias por semana em Brasília. Quando meus filhos iam entrar na adolescência, há seis anos, minha mulher e eu optamos por criá-los em um lugar mais tranquilo. Continuamos a amar o Rio, mas somos muito felizes em Brasília.

**ISTOÉ** – No Rio, o sr. era sócio de algum clube? Frequentava qual praia?

**Barroso** – Fui jogador de voleibol do Clube Israelita Brasileiro até entrar para a faculdade. A minha mãe era judia. Quanto à praia, na adolescência eu jogava vôlei em uma rede próxima à rua República do Peru. Já adulto, eu tinha um grupo de amigos que se reunia em torno de uma rede próxima à Garcia Dávila, em Ipanema.

*Wilson Aquino*

## Mortes em família (NATÁLIA MESTRE e ANDRES VERA)

**Em menos de dois meses, quatro tragédias familiares ocorreram na Grande São Paulo. Como explicar esses homicídios?**

**EM UM** período de menos de dois meses, a região metropolitana de São Paulo foi palco da morte de quatro famílias inteiras. Além do assassinato dos Pesseghini, os PMs que teriam sido executados pelo filho de 13 anos, outras duas tragédias chocam pela brutalidade que é um pai ou uma mãe ser capaz de tirar a vida do próprio rebento. No início do mês, na cidade de Cotia, o cabeleireiro Claudinei Pedrotti Júnior, 39 anos, envenenou a mulher, Suelen da Silva, os filhos de 7 e 2 anos e a si próprio. No sábado 14, a polícia se deparou com os corpos das adolescentes Paola Knorr Victorazzo, 13 anos, e Giovanna Knorr Victorazzo, 14, em uma casa no bairro do Butantã, na zona oeste. A mãe delas estava deitada no chão da sala.

Muito abalada, Mary Knorr, 53 anos, dizia que havia matado as filhas e que queria morrer. Ela foi levada ao Hospital Universitário da Universidade de São Paulo (USP), onde permanece internada. "Para a investigação não resta dúvida: foi a mãe que assassinou as meninas", diz o delegado responsável, Gilmar Contrera. "Policiais e médicos ouviram a confissão dela." As meninas morreram asfixiadas. O último caso segue em aberto. A auxiliar de enfermagem Diná Vieira Lopes da Silva, 43 anos, e seus quatro filhos foram encontrados sem vida em casa, na terça-feira 17, em Ferraz de Vasconcelos, na Grande São Paulo. Há três linhas de investigação: assassinato cometido pelo namorado de Diná, envenenamento e vazamento de gás no apartamento.



É inevitável tentar entender o que motivou tantas mortes de pessoas da mesma família em um período tão curto de tempo. Embora não haja uma resposta única, alguns paralelos podem ser traçados, segundo especialistas. “A psiquiatria é taxativa. Não se pode admitir que essas pessoas eram sãs. Eram insanos mentais. Quem comete esse tipo de crime costuma ter pré-disposição a atos violentos”, diz o psiquiatra forense Guido Palomba. “Existem, sim, elementos comuns a todos os casos. Há um padrão de frustração extrema, incapacidade de tomar decisões e, finalmente, fuga”, completa Suely Guimarães, doutora em psicologia da Universidade de Brasília (UnB). Os casos espantam porque os possíveis distúrbios mentais não foram detectados por quem convivia com esses assassinos. Na tragédia dos Pessegini, por exemplo, até hoje os parentes dos PMs não acreditam que o menino seja o autor dos crimes. No caso do Butantã, o pai das adolescentes disse que sua ex-mulher sempre tratou muito bem as filhas. A diarista da família também descreveu Mary como “uma mãe perfeita” e se diz completamente surpresa com os assassinatos.

A maioria dos especialistas defende a ideia de que os autores dos crimes são pessoas que já possuem transtornos – nem sempre diagnosticados

– e, influenciados por algum fenômeno externo, como problemas financeiros ou até mesmo uma briga no trânsito, acabam entrando numa espécie de surto. Nos casos do Butantã e de Cotia, a falta de dinheiro pode ter sido o gatilho. Segundo a polícia, Mary tem quatro passagens por estelionato e deve cerca de R\$ 200 mil. Já o cabeleireiro Claudinei era procurado por roubo e, de acordo com o delegado Andreas Schiffmann, estava endividado. O aluguel da casa onde a família morava estava atrasado e a energia elétrica cortada por falta de pagamento. Segundo o Boletim de Ocorrência, um primo relatou à polícia que Claudinei teria dito a uma parente que ia matar a família. Na parede da cozinha da casa, a polícia encontrou escrita com lápis de cor a seguinte frase: “Deus que me perdoe, não consegui cuidar dos meus filhos”, que acredita ser um desabafo do pai. “Esses dois casos são exemplo de quando o provedor da família que, em um momento de desespero, somado a algum tipo de problema mental ou depressão, resolve desistir de tudo e levar consigo os seus dependentes”, explica Guaracy Mingardi, doutor em ciência política pela USP e ex-investigador de polícia.

**O CABELEIREIRO CLAUDINEI PEDROTTI JÚNIOR ERA PROCURADO POR ROUBO E TINHA DÍVIDAS. O ALUGUEL ESTAVA ATRASADO E A LUZ HAVIA SIDO CORTADA. ELE DEIXOU UMA MENSAGEM PEDINDO PERDÃO POR NÃO CONSEGUIR CUIDAR DOS FILHOS**



É possível ainda que haja algum contágio, quando um determinado caso estimula a ocorrência de outro, especialmente se associado a problemas psiquiátricos prévios. “Pessoas com tendência depressiva, em grau variado, são suscetíveis a mensagens de crime e suicídio. Elas não são determinantes, mas funcionam como gatilho para ações violentas”, diz Suely Guimarães, da UnB. “Cada caso segue sua lógica independente. Os crimes teriam ocorrido de qualquer maneira. Mas a psiquiatria reconhece que pode haver um efeito cascata. Nesse caso, a notícia de um crime pode, sim, influenciar a pessoa a colocar em prática um ato violento latente”, conclui Palomba.

**MARY KNORR ESTÁ INTERNADA NUM HOSPITAL NA CAPITAL PAULISTA E CONFESSOU O ASSASSINATO AOS MÉDICOS. O CASO CHOCOU QUEM CONHECIA A FAMÍLIA PORQUE ELA ERA CONSIDERADA UMA “MÃE PERFEITA”**



**JUNTOS O cabeleireiro Claudinei Pedrotti Júnior envenenou a mulher, Suelen (acima), os filhos de 7 e 2 anos (à esq.) e a si próprio**

**NATÁLIA MESTRE e ANDRES VERA** são Jornalistas e escrevem para esta publicação. **Revista ISTO É, Setembro de 2013.**



Lucas Rocha

## PUC-PR: vestibular, publicidade e racismo (NEGRO BELCHIOR)



**TEMPOS ATRÁS**, li o resultado de uma Pesquisa da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da USP, que apontava o crescimento da presença negra na publicidade nos últimos anos. A pesquisa reafirmava o que percebemos a olho nu: o crescimento da presença negra na publicidade não está acompanhado de um avanço na representação mais positiva do sujeito. O estudo do pesquisador Carlos Augusto de Miranda e Martins mostra que os negros ainda são associados a estereótipos negativos surgidos no século XIX, quando as teses do racismo científico foram introduzidas no Brasil.

Racismo e preconceito estão presentes no cotidiano da publicidade brasileira. Salvo raras exceções, a publicidade atua a partir de duas possibilidades: Invisibilizar o corpo negro ou apresentá-lo de maneira depreciativa, pejorativa e preconceituosa. A segunda hipótese presta um serviço ao menos: gera maior reação. Uma das peças publicitárias de divulgação do Vestibular 2014 da PUC-PR – que traz como slogan #sejaplural, é emblemática e sugere questões: Por que só ele não tem mochila e caderno? Por que um apenas, entre os muitos brancos? Por que só ele é apresentado a partir de um julgamento social preconcebido?

A princípio não seria um problema em si, a presença de um “mano”, entre os postulantes as vagas na PUC-PR. Ele poderia estar acompanhado de outros negros, caracterizados como atletas interessados no curso de Educação Física, bem como ao lado de negros engravatados em alusão aos cursos de Direito ou Administração. Estes todos juntos a jovens brancos, também caracterizados, porque não? Mas, neste caso como em inúmeros outros, a presença negra tentou garantir apenas o politicamente correto e o respeito a “cota de um”: um negro – no máximo, “para não dizer que somos racistas”! E teriam alcançado sucesso, não fosse o forte teor preconceituoso na forma como o jovem negro está colocado. Afinal, um preto que fura o bloqueio e ocupa o espaço exclusivamente branco já significaria um avanço, certo?

Compreender o que está por trás da permanente degradação da imagem da população negra em todos os espaços sociais, em especial na propaganda e nas mídias em geral, não é tarefa simples. Os quase 400 anos de escravidão da população negra nos deixaram marcas profundas e presentes até hoje. O brilhante trabalho de Carlos Augusto de Miranda e Martins, intitulado “Negro, publicidade e o ideal de branqueamento da sociedade brasileira”, nos ajuda a compreender:

*Fato é que, ao valorizar a cultura e o biótipo europeu ao mesmo tempo em que escamoteava e estigmatizava os componentes negros da sociedade, o Brasil acabou por criar um registro branco de si mesmo, estabelecendo um modelo de representação no qual os brancos passaram a concentrar todas as características positivas possíveis, enquanto o negro tornava-se a negação de tudo isso. E esse registro tornou-se um instrumento de dominação que atravessou o século e chegou, remodelado, aos dias de hoje: O aparelho ideológico de dominação da sociedade escravista gerou um pensamento racista que perdura até hoje. Como a estrutura da sociedade brasileira, na passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, permaneceu basicamente a mesma, os mecanismos de dominação inclusive ideológicos foram mantidos e aperfeiçoados (MOURA, 1988, p.23).*

*Isso significa, portanto, que a perpetuação de imagens negativas do negro durante o século XX contribuiu para a manutenção de uma hierarquização social não mais garantida pela escravidão, e sim por fatores econômicos. O novo século assiste ao desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, que por nascerem já orientados pelos padrões eurocêntricos forjados no século XIX, acabaram por substituir os antigos instrumentos de performatização das representações sobre o negro, tornando-se, então, mecanismos atualizados de dominação.*

*Isso implicou também na atualização das representações. As imagens do escravo bom e fiel, do negro violento e degenerado e mesmo o exótico-bestial tão presentes na produção cultural oitocentista aparecem na mídia reelaboradas e transformadas, por exemplo, no trabalhador braçal, no criminoso, no sambista. A mídia não somente atualiza a distância que separava, na escravidão, a elite do povo, mas nega, com seu exclusivismo, as identidades culturais afro-brasileira e indígena, as quais não têm acesso, em pé de igualdade, às programações televisiva e radiofônica (D'ADESKY, 2001, p. 93-94).*

No espaço de comentário no post de divulgação no Facebook da PUC-PR, uma nota: "Em nenhum momento o objetivo das ilustrações foi estereotipar os personagens – todos são alunos e sentimos muito por qualquer tipo de taxaço". Ora, se espera muito mais de Universidade com a importância da PUC, no mínimo, uma retratação pública mais consistente e convincente além, evidentemente, da retirada imediata desta peça de publicidade.

Importante lembrar que a campanha expressa nesta peça publicitária coloca-se na contramão da tendência nacional de valorização e resignificação da imagem, cultura e história da comunidade afrobrasileira, sendo essa inclusive premissa para a elaboração de diversas políticas públicas em todos os níveis e que o fato pode ser entendido e caracterizado como grave prática de racismo institucional. "Estereotipar os personagens" não foi o objetivo, diz a PUC-PR. Ora, mas foi o que de fato se fez! E o que importa ao agredido o não querer do agressor?

---

**NEGRO BELCHIOR** é colunista desta publicação. **Revista CARTA CAPITAL, Setembro de 2013.**

## **A ética das baratas (LUIZ FELIPE PONDÉ)**

**AS PESSOAS** têm crenças desde a pré-história. Nossa constituição frágil é uma das razões para tal. Hoje, cercados de luxo e levados a condição de mimados que somos, até esquecemos que há anos atrás mais da metade de nossas mulheres morriam de parto. Elas viviam por conta de ficarem grávidas e pronto. Hoje existe essa coisa de "escolha", profissão, filhos depois da pós, direitos iguais, ar-condicionado, reposição hormonal, bolsa Prada.

Esquecemos que direitos e escolhas são produtos mais caros do que bolsa Prada. Pensamos que brotam em árvores. Mas existem crenças mais frágeis do que outras, algumas que beiram o ridículo. E algumas delas até recebem bênçãos de filósofos chiques. Em 1975, o filósofo utilitarista australiano Peter Singer publicou um livro chamado "Animal Liberation", que deixou o mundo de boca aberta.

Para Singer, "bicho é gente" (porque também sente dor). A partir daí, ele encampou toda uma gama de militantes que gostaria de tornar a alimentação carnívora um crime como o canibalismo. Achar que se pode comer animais se basearia no preconceito de que os animais seriam "seres inferiores", daí o conceito de "especismo" como análogo ao de "racismo", o conhecido preconceito contra certas raças que foram consideradas inferiores no passado.

Tudo bem a ideia de que devemos tratar os animais com respeito e carinho e sem maus-tratos (eu pessoalmente gosto mais dos meus cachorros do que de muitas pessoas que conheço, e um deles é mais inteligente do que muita gente por aí), mas esta discussão quando toca as praias dos fanáticos puristas (essa praga que antes era limitada a crente religioso, mas hoje também se caracteriza por ser um ingrediente do fanatismo sem Deus de nossa época) é de encher o saco. Se um dia eles forem maioria, o mundo acaba.

O mundo não sobreviveria a uma praga de pessoas que não usam sapatos de couro porque os considera fruto da opressão capitalista contra os bichinhos inocentes. Ainda bem que esta "seita verde" tende a passar com a idade, e aqueles que ainda permanecem nessa depois de mais velhos ou são hippies velhos que fazem bijuteria vagabunda em praças vazias (tem coisa mais feia do que um hippie velho?) ou são pessoas com tantos problemas psicológicos que esta pequena mania adolescente até desaparece no meio do resto de seus sofrimentos com a vida real.

Recentemente ouvi uma história hilária: alguém contra matar baratas porque não se deve matar nenhuma forma de vida. Risadas? É bom da próxima vez que alguém te convidar para ir na casa dela você checar se ela defende os direitos das baratas. Nem Kafka foi tão longe ao apontar o ridículo de um homem que, ao se ver transformado num enorme inseto

marrom, se preocupou primeiro com o fato de que iria perder o bonde e por isso perder o emprego. Eu tenho uma regra na vida: quando alguém é mais ridículo do que alguns personagens do Kafka, eu evito esta pessoa.

Às vezes me pergunto o que faz uma pessoa razoável cair num delírio como esse. Como assim "não se deve matar nenhuma forma de vida"? A pergunta é: essa moçadinha seguidora de uma mistura de filosofia singeriana aguada e budismo light (com pitadas de delírio) já olhou para natureza a sua volta?

A natureza é a maior destruidora de vidas na face da Terra. Ela mata sem pena fracos, pobres e oprimidos. A natureza é a maior "opressora" da face da Terra. E mais: normalmente essa moçadinha é bem narcisista e muito pouco solidária com gente de carne e osso.

Se todo mundo defender o direito da baratas, um dia vamos acordar com baratas na boca, nos ouvidos, na xícara do café da manhã. A mesma coisa: se não comermos os bois e as vacas, eles vão fazer uma manifestação na Paulista pedindo direito a pastos de graça ("os sem-pastos") para garantir a sobrevivência de seus milhões de cidadãos bovinos.

Pergunto a esses adoradores de baratas: ele já pensou que as alfaces também sofrem? ela já pensou que quando come uma alface está interrompendo toda uma vida feliz de fotossíntese? Que as alfaces também choram? Malvados e insensíveis...

---

**LUIZ FELIPE PONDÉ** é filósofo, escritor e ensaísta, doutor pela USP, pós-doutorado em epistemologia pela Universidade de Tel Aviv, professor da PUC-SP e da Faap, discute temas como comportamento contemporâneo, religião, niilismo, ciência. Autor de vários títulos, entre eles, "Contra um mundo melhor" (Ed. LeYa). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Setembro de 2013.**

## As dificuldades de educar (ROSELY SAYÃO)

**MUITOS** adultos têm se angustiado para educar seus filhos, ou melhor, para saber o melhor caminho a tomar na prática educativa. Fui interpelada por uma mãe confusa frente a tantas orientações diferentes, e muitas vezes contraditórias, a respeito da educação dos filhos. "Uma hora é para elogiar, outra hora o elogio prejudica; há quem diga que é preciso dizer não com muita firmeza, e há os que afirmam que os pais não devem ser autoritários. Tem também a vida escolar: é bom ou não os pais se envolverem? Afinal, como devemos agir?"

Ao ouvir a reclamação dessa mãe, dei toda razão a ela. Vivemos um momento de produção incessante do conhecimento, em todas as áreas, e de difusão instantânea de informações que, por sinal, consumimos vorazmente. Tomemos como exemplo a medicina. Se quisermos cuidar bem de nossa saúde atendendo a todas as informações médicas a que temos acesso, nos veremos em maus lençóis. O colesterol prejudica o sistema cardiovascular ou não? Devemos -ou não- tomar medicamento para controlar tal índice? Ingerir glúten é ou não prejudicial? E a lactose? Usei esses dois exemplos apenas porque li nos últimos dias reportagens e artigos, totalmente contraditórios entre si, a respeito desses assuntos. Mas a lista é enorme.

A mesma coisa acontece com a educação dos filhos que, hoje, é um dos assuntos que sempre aparece nas mídias. Temos informações de todos os tipos sobre esse tema porque o conhecimento não é neutro; é produzido por nós, que temos valores e ideologias. Sabemos também que tudo que é escrito pode ser lido de diferentes maneiras. Além disso, há também o conhecimento que perde o seu valor científico ao ser transformado em regras, em receitas, dogmas ou bordões.

Exemplo: "Elogiar a criança colabora para que ela construa uma boa autoimagem de si". Caro leitor, deve ter sido bem difícil para a criança sobreviver a esse longo período de elogios constantes. Para nossa sorte, elas reagiram. Vi uma cena inesquecível nesse sentido. Um garoto de cinco anos teve seu trabalho com tintas elogiado pela professora. "Você gostou?" perguntou ele novamente. Frente à resposta afirmativa e entusiasmada da professora, ele mandou: "Que mau gosto!".

Ah! E não podemos nos esquecer das pressões que os pais sofrem de movimentos sociais que têm como base a defesa de alguns preceitos: alimentação, consumo etc. Os pais que, por algum motivo, não conseguem se encaixar nas premissas desses movimentos culpam-se e, portanto, perdem a potência no seu exercício pessoal da maternidade e paternidade. Qual a saída? Saber que o que conduz a educação familiar são as tradições de cada família, os valores priorizados, as virtudes consideradas valiosas e, principalmente, a afetividade envolvida entre os integrantes do grupo. Não a afetividade melosa de incontáveis declarações de amor ao filho, e sim a amorosidade de introduzi-lo na vida como ela é, de dar banhos de realidade no filho de acordo com a idade que ele tem.

O maior desafio dos pais frente a tantas correntes educacionais e pressões sociais talvez seja o de conseguir ficar conectado com as informações que vêm do conhecimento, ou seja, externas, e, ao mesmo tempo, preservar a cultura do grupo familiar, essa panelinha que não deve nem pode se tornar uma microssociedade anônima. Fazer escolhas seguindo argumentos pessoais e familiares e honrá-las; agir com bom-senso, coerência e coragem para rever posições; não ter medo de errar porque nós, pais, erraremos sempre, agindo assim ou assado: esses são alguns pontos que podem ajudar os pais em sua -cada vez mais- árdua tarefa educativa.

---

**ROSELY SAYÃO** é psicóloga e consultora em educação, fala sobre as principais dificuldades vividas pela família e pela escola no ato de educar e dialoga sobre o dia-a-dia dessa relação. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Setembro de 2013.**

## **Pornografia: opressão ou liberação? (CONTARDO CALLIGARIS)**

**TRÊS SEMANAS** atrás, em São Paulo, na Livraria Cultura do Conjunto Nacional, Sasha Grey lançou a edição brasileira de seu romance, "Juliette Society" (Leya). A fila do autógrafo (e da foto-souvenir que acabaria no Face ou no Instagram) se estendia pela calçada da alameda Santos. Grey, 25, ganhou vários prêmios anuais da indústria pornográfica (melhor protagonista feminina, melhor sexo oral, melhor sexo a três).

Em 2009, ela foi a protagonista de um filme de Steven Soderbergh, "Confissões de uma Garota de Programa". Em 2011, ela anunciou sua saída da pornografia. Hoje, ela reinventa sua carreira na moda, no cinema e na ficção, sem arrependimento ou vergonha de seu passado. A ideia inicial do romance de Grey (um clube sexual dos poderosos, a "Juliette Society") é um pouco batida (está em "História de O", de Pauline Réage, em "De Olhos Bem Fechados", de Stanley Kubrick, e, antes disso, na obra do Marquês de Sade, que Grey cita e conhece). Mas, fora isso, o ritmo é rápido, e o texto é peculiar por ser, ao mesmo tempo, pop e culto.

No começo do livro, Grey explica o nome da Juliette Society evocando as duas heroínas de Sade: Justine, que sofre todas as indignidades e os infortúnios possíveis por causa de sua virtude e ingenuidade, e Juliette, que, ao contrário, prospera no vício. Grey, certamente, é uma Juliette. Nos anos 1960, o que a gente chamava de pornografia eram revistas ou filminhos tão envergonhados e culpados quanto a masturbação de um adolescente: adquiridos laboriosamente por carta e vale postal internacional, vinham da Suécia ou da Holanda em pacotes "neutros", que as alfândegas identificavam e apreendiam.

No começo dos anos 70, três filmes mudaram essa situação, mundo ocidental afora. Mesmo nos países em que não puderam ser exibidos, eles foram comentados exaustivamente pela mídia: o gênero conquistou dignidade cultural. Os filmes eram "Garganta Profunda", com Linda Lovelace, "O Diabo na Carne de Miss Jones", com Georgina Spelvin, e "Atrás da Porta Verde", com Marilyn Chambers. Como Grey, Georgina Spelvin e Marilyn Chambers foram Juliettes: depois de deixar a pornografia, construíram novas carreiras com orgulho de seu passado. Em compensação, Linda Lovelace, a estrela de "Garganta Profunda", deixou a pornografia como uma Justine, acusando o marido e a indústria de tê-la levado à força até à perdição. O filme "Lovelace", de Rob Epstein, agora em cartaz, segue essa versão dos fatos, contada por Lovelace na segunda autobiografia, "Ordeal", que ela publicou em 1980, depois de encontrar feministas que faziam campanha contra a pornografia como mais uma forma de estupro da mulher vítima do desejo masculino. Lovelace, entrevistada em 2005, declarou que ela se sentiu usada tanto pelo marido e pela indústria pornográfica quanto pelas feministas, que "só faturaram" com ela, "como todo mundo". Questão: pornografia é opressão, como parece dizer Lovelace, ou liberação, como parecem dizer Grey, Spelvin, Chambers etc.?

Em 1976, Catherine Millet me pediu um artigo para o número especial de Art Press (nº 22), "Pour la Pornographie?". Resumindo, escrevi que só os documentos fotográficos satisfazem a maioria dos homens que gostam de pornô, pois as fotos ou os filmes funcionam como "provas" de que "ela realmente fez isso que estou vendo". Em suma, para muitos, gostar de pornô significaria flertar com o escândalo de que as mulheres também têm desejos e fantasias sexuais. Depois de ler "Vida Sexual de Catherine M." (Ediouro), imagino que, diante do meu texto, Catherine deve ter dado uma boa risada. Voltemos aos três filmes dos anos 1970. "Garganta Profunda" conta a história de uma mulher cujo clitóris está no fundo da garganta e que quer gozar. "O Diabo na Carne de Miss Jones" conta a história de uma mulher suicida que, barrada na porta do paraíso, pede para pecar de verdade e assim merecer o inferno -no qual a punição consistirá em conviver com um homem que não gosta de sexo.

"Atrás da Porta Verde" conta a história de uma mulher que, forçada a transar com vários parceiros e parceiras diante de um público, descobre sua própria vontade de participar da encenação. Os três filmes apontavam numa mesma direção, crucial para a mudança dos costumes na segunda metade do século passado: não só os homens, as mulheres também fantasiavam e desejam. Então, opressão ou liberação?

---

**CONTARDO CALLIGARIS** é psicanalista, doutor em psicologia clínica e escritor. Ensinou Estudos Culturais na New School de NY e foi professor de antropologia médica na Universidade da Califórnia em Berkeley. Reflete sobre cultura, modernidade e as aventuras do espírito contemporâneo (patológicas e ordinárias). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Setembro de 2013.**

## **Sem leitura, não se formam cidadãos (MÔNICA GOUVÊA)**

**O QUE FAZER** com as crianças que, em várias partes do mundo, não têm adultos que apresentem e leiam livros para elas desde pequenas? A solução de Patrícia Aldana, editora guatemalteca radicada no Canadá, é conectar adultos disponíveis e prepará-los para serem mediadores de leitura, além de criar situações que permitam sua atuação. Aldana relata que esse trabalho é feito no Irã para atender ao 1 milhão de crianças refugiadas do Afeganistão.

A formação de mediadores de leitura e a aquisição de livros são coordenadas pelo Iby (International Board on Books for Young People), entidade não governamental. Na Faixa de Gaza, também foram formados mediadores pelo Iby e criadas duas bibliotecas. Seu acervo é bastante diversificado e, surpreendentemente, o livro preferido das crianças de lá é "Cinderela". Na China, há um grupo de colégios nos quais todo o ensino é estruturado a partir da leitura e, no México, escolas possuem voluntários que leem livros para os alunos nos intervalos de lanche e almoço.

Em Toronto (Canadá), durante anos, existiu um clube de leitura semanal de mães e filhos. No início, as crianças tinham nove anos e já eram adolescentes quando deixavam de se reunir. A cada semana, uma das gerações escolhia o livro a ser lido. Registrou-se, ao longo dos anos, uma mudança na qualidade dos critérios de escolha dos livros tanto por parte dos filhos como das mães. E no sul do Chile, após um terremoto em uma pequena comunidade, formou-se um grupo de voluntários que lia todas as semanas para as crianças afetadas. O impacto dessa ação foi grande. Crianças e suas famílias passaram a procurar por livros da biblioteca da escola, que antes não eram lidos e tampouco divulgados pelas professoras.

A semelhança entre essas ações está na existência de mediadores adultos que leem para as crianças e na criação de bibliotecas que servem à formação de leitores. Mas como tornar essa meta viável em um país do porte do Brasil? Sabe-se que muitas crianças não têm acesso à leitura, seja pela falta de livros ou instrução dos pais, seja pela desatenção à prática da leitura na sala de aula - mais comum nas escolas do que se imagina. Desde 1997, a distribuição de acervos às escolas, alunos e professores pelo PNBE (Programa Nacional Biblioteca da Escola) vem cumprindo de forma tímida sua função de promover a inserção dos alunos na cultura letrada. A implantação do PNLL (Plano Nacional de Livro e Leitura), em 2006, reavivou o debate.

Criaram-se espaços de práticas de transmissão de narrativas e programas de formação de professores mediadores. Porém, ainda faltam projetos de formação leitora nas escolas e creches. Também se deve pensar num sistema de bibliotecas públicas comunitárias com funcionários qualificados. Nesta semana, acontece em São Paulo a terceira e última etapa do seminário internacional *Conversas ao Pé da Página* de 2013. A segunda etapa encerrou-se em agosto com uma concordância entre autores, editores e acadêmicos de destaque nacional e internacional: para se formar cidadãos democráticos, é imprescindível o contato com a leitura e a literatura. Apenas assim teremos adultos capazes de ler, compreender e formar opinião sobre todo tipo de questão e, com base nela, escolher seus representantes.

Representantes do Ministério da Cultura presentes no seminário enfatizaram que as iniciativas em municípios do Brasil devem ser aglutinadas nacionalmente. Eles defendem a formação de uma rede de projetos sociais de leitura, de autogestão e troca. Até o final de 2014, pretende-se enviar um projeto de lei para a institucionalização do PNLL, tornando-o uma determinação política, ampliando radicalmente os investimentos públicos em leitura e, ao mesmo tempo, dando uma solução superior e qualificada à contribuição da iniciativa privada no Fundo Pró-Leitura. Enquanto isso, resta-nos acompanhar de perto esse trabalho e nos inspirarmos em experiências únicas e criativas.

---

**MÔNICA GOUVÊA**, socióloga e psicóloga, trabalha com formação de gestores e professores das redes pública e privada de São Paulo. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Setembro de 2013.**

## Para atender às reivindicações dos que foram à luta (ODILON GUEDES)



**Levando em consideração somente o que o governo federal teria a receber (R\$ 114 bilhões anuais) daria para construir na cidade de São Paulo mais de 375 quilômetros de metrô (a R\$ 300 milhões o km) ou 1,14 milhão de casas populares (R\$ 100 mil a unidade, incluindo a desapropriação do terreno) ou 57,5 mil creches...**

**AS MANIFESTAÇÕES** ocorridas pelo Brasil, que atingiram das grandes capitais até pequenas cidades do interior, foram iniciadas pelo Movimento Passe Livre (MPL) em São Paulo e mobilizaram cerca de 2 milhões de pessoas, principalmente jovens. Elas abriram uma enorme oportunidade para avançar nas transformações que nosso país precisa. É importante destacar que essas lutas já produziram resultados significativos, entre outros, a diminuição das passagens do transporte público nas mais diferentes cidades, o cancelamento do aumento de pedágios em São Paulo, o recuo do governador do Rio de Janeiro em demolir vários equipamentos públicos no entorno do Maracanã.

Toda essa luta reflete o enorme descontentamento de amplas parcelas da população com a atual realidade. Apesar de termos o sétimo PIB do planeta ocupamos a 85ª posição no IDH. Na educação, os alunos brasileiros se classificam entre os últimos nos exames da OCDE (Programme for International Student Assessment – Pisa), a saúde está em crise há anos, o transporte coletivo massacra milhões de pessoas diariamente e, a segurança pública, com o homicídio de 50 mil pessoas por ano, deixa qualquer cidadão completamente inseguro. Nas periferias, principalmente das regiões metropolitanas, faltam praças, centros

de esporte, lazer e cultura. Quanto mais distante do centro das cidades, maior a ausência de equipamentos sociais. A população em grande parte está abandonada, sem perspectivas para o futuro. Esse contexto tem como pano de fundo a corrupção e as mordomias presentes nos mais diversos níveis de governo e escalões da República. O povo não aguenta mais esse estado de coisas!

A única forma de resolver parcela expressiva desses problemas é o investimento de dezenas de bilhões de reais, por longos anos seguidos, nas várias áreas. O jornal *Valor Econômico* (27 jun. 2013) precisou desse número em manchete: "Demanda das ruas já tem custo de R\$ 115 bi por ano". O que é necessário ser investigado é se existem tais valores. Entre as várias formas existentes para se conseguir recursos uma delas é fazer uma profunda reforma tributária aumentando a tributação direta sobre a renda, a propriedade, a herança e a riqueza. Outra é cobrar a dívida ativa.

### **Cobrar a dívida ativa**

Uma importante fonte de recursos é a cobrança da dívida ativa. A dívida ativa da União é composta por todos os créditos desse ente, sejam eles de natureza tributária ou não tributária, regularmente inscritos na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), depois de esgotado o prazo fixado para pagamento, pela lei ou por decisão proferida em processo regular. Essa dívida, portanto, está relacionada aos tributos ou não, que deixam de ser pagos pelas empresas e cidadãos à União, como também aos estados e aos municípios. Alguns exemplos: na área federal são dívidas relacionadas ao IR, IPI, INSS, Cofins; na estadual ao ICMS e IPVA; e na municipal ao IPTU, ISS, ITBI, entre outros.

O total da dívida que o governo federal tem direito a receber era, em 31 de dezembro de 2012, segundo o balanço da PGFN, de R\$ 1,14 trilhão. Os principais devedores são grandes empresas que muitas vezes sonham com o pagamento de tributos propositalmente. Isso ocorre porque, na relação custo- benefício, sabem que essa prática será vantajosa. A cobrança vai levar anos para ser executada, seus advogados vão se utilizar de todo aparato jurídico que postergará o pagamento por anos. E, quando for efetuar o pagamento, se utilizam de programas que permitem parcelar a dívida por longo período, com parte de seu valor sendo abatido. Matéria do jornal *Folha de S.Paulo* (5 ago. 2013) dá exemplos do que estamos discorrendo. Ela relaciona empresas que devem R\$ 1,5 bilhão ao fisco e, ao mesmo tempo, doaram milhões de reais para os mais diversos candidatos à Presidência nas últimas eleições. Mencionam a Bombril, que deve R\$ 779,7 milhões; a Copersucar, R\$ 147,3 milhões; a Infan, R\$ 99,3 milhões; a JBS S/A, R\$ 66,0 milhões; a Bracol Holding, R\$ 61,7 milhões; a Sana Bárbara Engenharia, R\$ 35,9 milhões; a

Vega Engenharia Ambiental, R\$ 31,0 milhões; a Usina Naviraí, R\$ 26,4 milhões; a Iesa, R\$ 26,3 milhões; e a Usina Barra, R\$ 24,3 milhões. Como vemos, não são valores pequenos que muitas empresas devem no Brasil! Segundo informação contida no site da PGFN, qualquer pessoa pode consultar a Lista de Devedores porque o acesso a esse serviço independe de senha, basta saber o CPF/CNPJ ou o nome do devedor. As empresas devedoras se utilizam do Refis, que é um programa de recuperação fiscal que consiste em um regime opcional de parcelamento de débitos fiscais proposto a pessoas jurídicas com dívidas perante a Secretaria da Receita Federal (SRF), a PGFN e o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). Quando a empresa for pagar, o prazo é de até sessenta meses com juros TJLP.

Em relação ao crédito rural, se a dívida for liquidada, há uma tabela com várias faixas de descontos. Para os devedores de mais de R\$ 200 mil, têm um abatimento de 38% somado a outro fixo de R\$ 19,2 mil. Por exemplo, quem deve R\$ 1 milhão terá R\$ 380 mil somados a R\$ 19,2 mil, o que dará um total de R\$ 399,2 mil de desconto. Essa prática absurda de sonegação, contrária aos interesses da nação, traz enormes prejuízos para a sociedade porque bilhões de reais que deveriam ser investidos em educação, saúde, infraestrutura deixam de acontecer. Além disso, é uma enorme injustiça para com os cidadãos e empresas, que cumprem em dia suas obrigações com o Estado. Essa situação se repete nos estados e municípios. Em 31 de dezembro de 2012, o estado de São Paulo tinha uma dívida ativa de R\$ 226 bilhões; o do Rio de Janeiro, R\$ 50,6 bilhões; e o do Rio Grande do Sul, R\$ 30,2 bilhões. Em relação a São Paulo, o próprio governo considera que 50% dessa dívida é irrecuperável. Em 2012, o governo conseguiu cobrar somente R\$ 1,16 bilhão, cerca de 0,5% do total da dívida. Segundo o procurador Rafael Demarchi Costa, "o baixíssimo índice de recuperação traz em si alta possibilidade de risco moral ao não pagamento voluntário por parte dos devedores". Em relação aos municípios, veja no quadro 1 todas as capitais dos estados brasileiros que tinham dívida ativa registradas.

O total das dívidas ativas das capitais dos estados brasileiros, como é possível observar, somava R\$ 129,9 bilhões. No Nordeste, a de Salvador, com R\$ 12,4 bilhões de dívida ativa que representa 323% da receita orçamentária de 2012, a de Recife, com R\$ 5,5 bilhões, e a de Natal, com R\$ 1,5 bilhão, ultrapassam mais de 100% da receita orçamentária. No Sudeste, São Paulo, com R\$ 55,3 bilhões, e Rio de Janeiro, com R\$ 35,7, bilhões também superam os 100% e são as maiores em valores absolutos. No Norte, Manaus, com R\$ 3,1 bilhões, também está acima desse percentual. São Luís não apresentou os dados. Além da União, estados e capitais, os municípios brasileiros também têm esse tipo de dívida a receber. Para ilustrar essa situação, apontamos os municípios da região do chamado ABC paulista, que têm uma dívida ativa de R\$ 5,1 bilhões, sendo que a de São Bernardo era, em 2012, de R\$ 2,4 bilhões e a de Santo André, de R\$ 1,2 bilhão. O município de Londrina, no Paraná, tem uma dívida ativa de R\$ 1 bilhão, sendo que quinhentos devedores devem R\$ 380 milhões, o que dá em média R\$ 760 mil para cada um. Esse último dado demonstra que provavelmente não estamos tratando de atrasos de pagamento de IPTU residenciais...

Somando a dívida ativa da União, dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul e das capitais chega-se à cifra de R\$ 1,577 trilhão. Se a esse valor for somado aos demais estados da federação e municípios, a dívida chegará a

valores bem mais elevados. Fazendo-se uma simulação sobre um programa da cobrança da dívida ativa, para que seus valores sejam recuperados em dez anos, apenas o que o governo da União tem direito a receber representaria R\$ 114 bilhões de recursos anuais aos cofres federais. No estado de São Paulo, o valor seria de R\$ 22,6 bilhões; no Rio de Janeiro, R\$ 5 bilhões; e no Rio Grande do Sul, R\$ 3 bilhões. Nas capitais, podemos apontar Salvador, R\$ 1,2 bilhões; Recife, R\$ 550 milhões; Rio de Janeiro, R\$ 3,6 bilhões; São Paulo, R\$ 5,5 bilhões; Manaus, R\$ 313 milhões; Belo Horizonte, R\$ 560 milhões; e Porto Alegre, R\$ 157 milhões ao ano. É importante lembrar que o Brasil tem 5.560 municípios e grande parte deles têm dívidas a receber. Isso significa que se os tributos fossem pagos em dia poderiam ser feitos os investimentos sociais que falamos ao início e que beneficiariam toda a população.

Para efeito comparativo, levando em consideração somente o que o governo federal teria a receber (R\$ 114 bilhões anuais) daria para construir na cidade de São Paulo mais de 375 quilômetros de metrô (a R\$ 300 milhões o km) ou 1,14 milhão de casas populares (R\$ 100 mil a unidade, incluindo a desapropriação do terreno) ou 57,5 mil creches (R\$ 2 milhões cada uma). Em relação a obras de infraestrutura, daria para construir 27,5 mil quilômetros de ferrovias como a Nova Transnordestina (a R\$ 4 milhões o km), ou ainda 7 usinas hidrelétricas como a de Santo Antonio no Rio Madeira (R\$ 16 bilhões cada). É possível e importante fazer esse tipo de comparação em relação a cada estado e cidade da federação adequada aos preços dos investimentos em cada região. Com certeza, a cobrança da dívida ativa resolveria a maioria dos problemas brasileiros.

Em nosso entender, a *cobrança da dívida ativa* deveria ser abordada e fazer parte da agenda do Movimento Passe Livre, dos milhares de cidadãos e dos diversos movimentos sociais que estão participando das manifestações no Brasil. Exigir a ampla divulgação dos devedores e respectivas dívidas, e que os governos da União, estados e municípios façam um plano para recebê-las no período mais curto possível.

---

**ODILON GUEDES** é economista, mestre em economia pela PUC-SP, é professor das Faculdades Oswaldo Cruz. Foi presidente do Sindicato dos Economistas no Estado de São Paulo e vereador na cidade de São Paulo. Ilustração: Daniel Kondo. **Jornal LE MONDE DIPLOMATIQUE BRASIL, Setembro de 2013.**

## Pela democratização dos partidos (ROBERTO ROMANO)



**MUITO JÁ** foi dito sobre a reforma política, mas sem que fossem prescritas mudanças substantivas nas direções partidárias. Vários estudos acadêmicos surgiram nos últimos tempos, mas entre eles e os operadores do Estado há um abismo.

A mudança é impossível sem que as agremiações sejam democratizadas. As pequenas pertencem a dirigentes que nelas tudo controlam, dos recursos financeiros às candidaturas, destas às alianças e aos acertos para obtenção de cargos etc. As grandes são dilaceradas por setores oligárquicos em luta pelo controle de mecanismos que adquiriram, sobretudo no século 20, a forma da burocracia.

Nada que não tenha sido proposto por Max Weber e Robert Michels, ou aprofundado em pesquisas brasileiras. Recordo, entre vários, o texto de Maria do Socorro Sousa Braga, "Democracia e organização nos partidos políticos: revisitando os microfundamentos de Michels" (disponível no site Scielo). Vale recordar a tese de Michels citada por Sousa Braga. "A lei sociológica fundamental que rege inelutavelmente os partidos políticos pode ser assim formulada: a organização é a fonte de onde nasce a dominação dos eleitos sobre os eleitores, dos mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os que delegam. Quem diz organização diz oligarquia."

Pouco difere a tese daquela exposta por Weber sobre a origem das igrejas: a democracia direta, quando os crentes enfrentaram a concorrência do mundo externo e acolheram neófitos, transforma-se em máquina hierárquica. Também partidos rigoristas em termos éticos, a ponto de traduzir lutas políticas em quiliásticas cruzadas morais, crescem e tombam sob ordens burocráticas, assumem a retórica do

realismo. Eles são amestrados por oligarcas dos partidos mais antigos. O mesmo ocorre com os seus intelectuais que nunca desprezam assessorias ou empregos em universidades, nacionais e estrangeiras, proporcionados pela obediência aos líderes. Tucanos e petistas não escaparam dessa lógica e perderam o ímpeto fundador. A disputa no primeiro dá-se entre quatro nomes. No segundo, mandam lideranças regionais, submetidas a uma só personalidade. Algo similar ocorre com os ecologistas que hoje armam redes para futuras façanhas... Realistas.

Em nenhum partido nacional predomina o eleitor. Este não é consultado quando se trata de redigir programas (enfeites para a Justiça Eleitoral), traçar estratégias e táticas, planejar alianças, escolher candidatos, aplicar recursos financeiros oficiais, idear a propaganda etc. Entre os filiados e as urnas se instala o tecido oligárquico, complexa máquina de controle. Que outra coisa seriam os "assessores" dos gabinetes, senão cabos eleitorais pagos pelo contribuinte? Eles repassam ordens às bases, agem como funcionários informais dos políticos. E quanto ao tempo de permanência dos dirigentes nos cargos partidários? Existem pessoas que mandam em partidos, incontestes, há dezenas de anos. Elas dominam os segredos da agremiação, dos nomes aos recursos, das salas ministeriais aos "doadores" de campanha.

O financiamento público das eleições, mantendo-se tal estrutura de poder partidário, só tornará oficial o desmando, porque os dirigentes tudo controlam, tudo negociam. "É dando que se recebe." A frase revela o *modus operandi* verdadeiro. Sem norma legal que obrigue a democratização interna dos partidos, impeça a permanência de líderes por mais de dois anos nos cargos, abra as decisões maiores para os eleitores da base, tudo continuará como antes. Quem se instala no palácio em nome dos partidos tem ojeriza da praça. E tem razão, porque, no dia em que o povo for soberano nas agremiações, cairá a ditadura dos oligarcas que as infesta. Sem nenhuma exceção, à esquerda ou à direita.

---

**ROBERTO ROMANO**, 67, professor titular de ética na Universidade Estadual de Campinas, é autor de "Brasil, Igreja contra Estado" (Kayrós, 1979) e "Os Nomes do Ódio" (Perspectiva, 2009), entre outros. **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Setembro de 2013.**

## **Inteligência e indigência (DRAUZIO VARELLA)**

**MIL VEZES** ser filho de intelectuais ricos do que ter pais pobres e ignorantes. Nutrição inadequada, infecções de repetição e indigência cultural comprometem o desenvolvimento do cérebro da criança. Vamos à pobreza. O cérebro é o órgão que mais consome energia. No recém-nascido, 87% das calorias ingeridas são consumidas por ele. Esse número cai para 44% aos cinco anos; 34% aos dez; 23% nos homens e 27% nas mulheres adultas.

As infecções parasitárias interferem no equilíbrio energético, porque prejudicam a absorção de nutrientes e obrigam o organismo a investir energia na reparação dos tecidos lesados e na mobilização do sistema imunológico, para localizar e atacar os germes invasores. As diarreias na infância têm custo energético especialmente elevado. Antes de tudo, por causa da alta prevalência: estão entre as duas principais causas de óbitos em menores de cinco anos; depois, porque dificultam a absorção de nutrientes. Quadros diarreicos de repetição durante os primeiros cinco anos de vida podem privar o cérebro das calorias necessárias para o desenvolvimento pleno e comprometer para sempre o quociente intelectual (QI).

Diversos estudos demonstraram que infecções parasitárias e quociente intelectual trilham caminhos opostos. Um deles, realizado no Brasil pelo grupo de Jardim-Botelho, mostrou que crianças em idade escolar com ascaridíase apresentam performance mais medíocre nos testes de capacidade cognitiva. Naquelas parasitadas por mais de um verme intestinal os resultados são piores ainda. A hipótese de que infecções parasitárias prejudicariam as faculdades intelectuais explica por que a média do QI aumenta rapidamente quando um país se desenvolve (efeito Flynn), por que o QI é mais alto nas regiões em que o inverno é mais frio (menos parasitoses) e por que nos países pobres os valores médios do QI são mais baixos. Agora, à ignorância.

Aos três anos de idade, o cérebro da criança atingiu 80% das dimensões do adulto. Nessa fase, já existem 1.000 trilhões de conexões entre os neurônios (sinapses), aparato essencial para que o desenvolvimento intelectual aconteça em sua plenitude. Dos 18 meses aos quatro anos de idade, a maturação do córtex pré-frontal acontece com velocidade máxima. Essa área, que coordena linguagem, resolução de problemas, comunicação, interações sociais e autocontrole, funções de altíssima complexidade, depende de estímulos cognitivos múltiplos e variados, para formar novas sinapses e reforçar a arquitetura das já existentes. Enquanto conversam, brincam, contam e leem histórias para os filhos, os pais os ajudam a construir as conexões necessárias para o pensamento bem articulado.

O estresse causado por ambientes domésticos conturbados interfere com a construção de novas sinapses, deixando falhas duradouras no cérebro infantil. Estudos com ressonância magnética funcional mostram que existem diferenças marcantes entre as crianças mais pobres e as mais ricas, não apenas no córtex pré-frontal, mas também no hipocampo, área essencial para a memória e o aprendizado. Estrutura cuja característica fundamental é a plasticidade, isto é, a capacidade de formar novas conexões neuronais para suprir as que se perderam ou nem chegaram a se formar, o cérebro adulto poderá se recuperar mais tarde. A reconstrução, no entanto, será um processo trabalhoso, lento e imperfeito. Alfabetizar pessoas de idade, ensinar-lhes um novo idioma e a linguagem dos computadores é possível, mas não é tarefa simples.

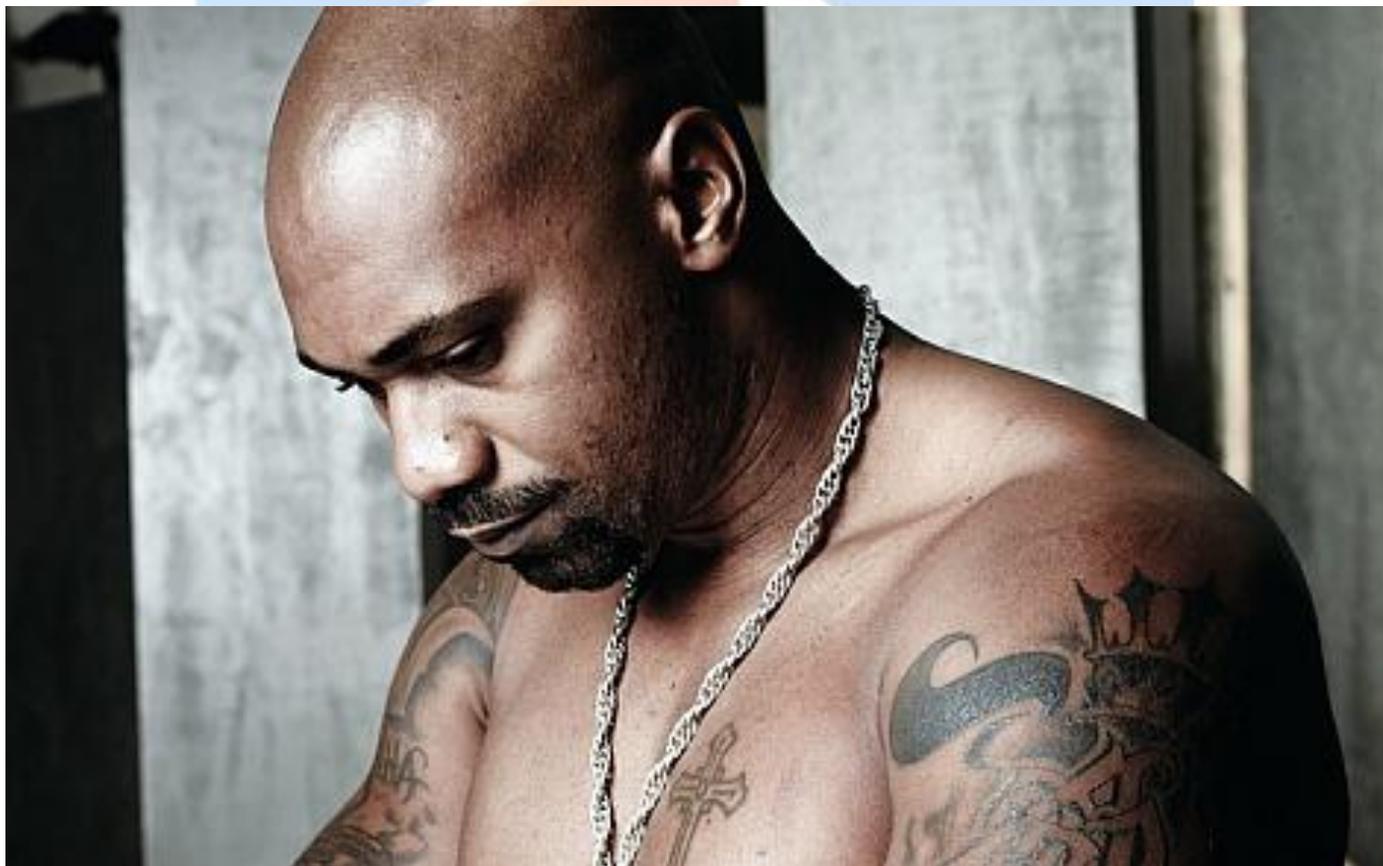
Sem minimizar o impacto da escolaridade e sua influência na formação do cérebro adulto, o papel da família é crucial. Vivam juntos ou separados, mães e pais que conversam, contam histórias, leem e criam um ambiente acolhedor promovem

no cérebro dos filhos respostas hormonais e neuronais decisivas para o desenvolvimento pleno. No Brasil, existem 38% de residências sem saneamento básico. Quase metade dos bebês nascidos anualmente pertencem à classe E, que sobrevive com renda familiar abaixo de dois salários mínimos. Mais de 20% dos partos do SUS são realizados em meninas de dez a 19 anos. A esse caldo de cultura acrescentamos um sistema educacional de baixa qualidade.

**DRAUZIO VARELLA** é médico cancerologista. Por 20 anos dirigiu o serviço de Imunologia do Hospital do Câncer. Foi um dos pioneiros no tratamento da Aids no Brasil e do trabalho em presídios, ao qual se dedica ainda hoje. É autor do livro "Estação Carandiru" (Companhia das Letras). **Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, Setembro de 2013.**

## **Fora do cânone (AMANDA MASSUELA, HELDER FERREIRA e MARIANA MARINHO)**

**Dissertações e teses sobre a cultura da periferia ganham espaço, criam polêmicas e passam a explorar o viés estético**



### **O RAPPER MV BILL**

"Mulher burra fica pobre / Mas eu vou te dizer / Se for inteligente, pode até enriquecer". O trecho faz parte de "My pussy é o poder", da funkeira carioca Valesca. No início deste ano, ela e outras companheiras de cena tornaram-se objeto de estudo de Mariana Gomes, 24 anos. Dos morros, o funk alcançou a academia. "Compreender questões relacionadas ao funk nos ajuda a entender ritmos da diáspora africana; o que consome e o que produz a favela carioca e as periferias do Brasil como um todo. Coloca-se também diretamente na luta contra o preconceito cultural, mostrando formas contra-hegemônicas de se produzir cultura", afirma Mariana.

Em 2008, quando ainda cursava a graduação em Estudos de Mídia na Universidade Federal Fluminense (UFF), ela começou a pesquisar possíveis conexões entre feminismo e funk carioca. Passou a frequentar os bailes da Rocinha, Santa Cruz e Ladeira dos Tabajaras, no Rio de Janeiro. Seu interesse primário evoluiu para pesquisa de campo e, em março deste ano, concretizou-se na apresentação do projeto *My pussy é o poder: A representação feminina através do funk no Rio de Janeiro: identidade, feminismo e indústria cultural*.

Com ele, Mariana foi aprovada em segundo lugar no Mestrado em Cultura e Territorialidades da UFF, feito divulgado em tom de surpresa por grande parte da imprensa. Da bancada do *SBT Brasil*, noticiário noturno da emissora, a âncora Rachel Sheherazade comentou: "As universidades se popularizaram e, com elas, os temas das teses de mestrado [sic]. Num projeto intitulado *My pussy é o poder*, o funk carioca, que fere os meus ouvidos de morte, foi descrito como manifestação

cultural. Pior é que ele é, pois se cultura é tudo o que o povo produz – do luxo ao lixo –, funk é tão cultura quanto bossa nova. Sinal dos tempos, não é?”.

A jornalista foi além, dizendo que as funkeiras estariam anos-luz aquém do feminismo, uma vez que, em suas letras, retratam as mulheres como objeto sexual. “O projeto se propõe a estudar tudo isso a fundo. Mas será que o assunto tem profundidade para tanto?”, questionou no ar. Conservadorismos à parte, é fato que a academia está se renovando. Uma simples busca na Plataforma Lattes, no site do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), mostra que, desde o ano 2000, o funk foi tema de 341 teses de doutorado, em universidades de todo o Brasil. Da mesma forma, o hip hop inspirou 745 estudos e o tecnobrega, 25 deles.

Para Micael Herschmann, autor do livro *O funk e o hip hop invadem a cena* (UFRJ, 2000), após a redemocratização do país, em 1985, os atores sociais oriundos das periferias ganharam espaço para ampliar sua voz no ambiente acadêmico. Junto a isso, ele acredita que a crescente influência desses gêneros sobre a classe média também pode ser considerado um fator importante para tal abertura. “A academia está mais maleável em relação a esses temas. O meu trabalho, assim como o do Hermano Vianna e outros que foram feitos em São Paulo sobre hip hop, abriu caminho para estudos sobre a cultura da periferia. Há uma agenda de pesquisa em que ela aparece – e é importante não apenas aparecer, mas não ser tratada sob uma perspectiva condenatória”, observa.

A antropóloga Alba Zaluar acredita que a academia enxerga fenômenos culturais como o funk e o hip hop como manifestações legítimas para o espaço que ocupam na produção cultural. “Isso não significa, porém, que elas estejam isentas da crítica cultural que pretende entendê-las dentro do processo mais amplo da globalização da cultura, da *mimesis* cultural”, diz. Por sua vez, Heloisa Buarque de Hollanda, professora de Teoria Crítica da Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, ainda vê certa resistência, principalmente da opinião pública, contra a abordagem dos artistas periféricos no ambiente acadêmico. “Tudo que ameaça quebrar com o paradigma é visto como ruim”, opina. “Mas não prestar atenção ao hip hop ou ao funk seria loucura; quando a academia faz isso, ela está perdendo espaço, não está fazendo seu trabalho”.

Dedicada ao estudo de expressões culturais preteridas pelo cânone desde meados dos anos 1970, quando escrevia sobre a poesia marginal de Francisco Alvim, Chacal, Roberto Piva, Ana Cristina Cesar e outros, a professora não demonstra mais muita surpresa com a sensação de *déjà vu* provocada pelas críticas. “Quando comecei com os poetas marginais, ouvia os mesmos argumentos que ouço hoje sobre a produção da periferia: é sempre aquele velho discurso do letrado e do não-letrado – quem não o é, não pode produzir literatura”, conta.

### Visão dualista

Entre os muitos questionamentos sobre o conteúdo das letras das artistas femininas do funk, que comumente tratam de sexo de maneira direta e usam seus corpos como forma de *empoderamento*, Mariana Gomes afirma que o objetivo da sua dissertação é derrubar a visão dualista sobre machismo e feminismo. “Entender os jogos tão complexos que envolvem a produção musical no funk não é algo simples e requer tempo de pesquisa. Com relação à liberdade sexual, Valesca, por exemplo, contribui muito com a luta feminista”.

Segundo Mariana, é preciso fugir de duas premissas equivocadas: a de que as funkeiras são feministas sem cartilha e a de que incentivam o machismo e a violência contra a mulher, pois se objetificam. Das mulatas do samba às dançarinas do hip hop, a sexualidade da mulher negra, acredita Mariana, é sempre vista de forma subalternizada – motivo pelo qual apenas cantoras elitizadas e carregadas de uma estética pop são socialmente aceitas. Alba Zaluar destaca que o termo feminismo é polissêmico, dotado de tantos significados quanto outros termos que indicam predisposições, preferências e posturas políticas. “Se agora as mulheres podem fazer e cantar músicas do gênero funk, isso é uma conquista delas, que antes só dançavam no baile. É uma conquista feminista”, afirma. No entanto, se analisado o conteúdo das letras que acompanham a batida, Zaluar acredita que as mulheres são, de fato, tratadas como objeto sexual, algo longe de ser parte do projeto feminista hegemônico.

Em 2011, a Secretaria de Cultura do Rio de Janeiro lançou o primeiro edital dedicado ao suporte financeiro das produções artísticas do gênero, o Criação Artística no Funk. Para Micael Herschmann, iniciativas como essa mostram que talvez haja um reconhecimento por parte do Estado de que tais manifestações culturais são legítimas. É nesse panorama que a academia desenvolve o papel fundamental de sensibilizar autoridades, a crítica e, indiretamente, o público. “Não acredito que a academia interfira na maneira como o público usufrui a obra. Mas pode ser que ela sensibilize a crítica de alguma forma que, por sua vez, tem um papel importante junto aos formadores de opinião – e eles sim podem afetar a opinião do público”.

### Intelectuais da periferia

Além de *My pussy é o poder*, de Mariana Gomes, outros trabalhos que discutem as manifestações culturais vistas como periféricas tiveram repercussão recentemente. É o caso da tese de doutorado *A periferia pede passagem: trajetória social e intelectual de Mano Brown*, defendida por Rogério de Souza Silva em 2012 na Unicamp. A partir da análise da trajetória de Mano Brown, líder do grupo de rap Racionais MC's, Silva discute em sua tese a importância do hip hop na transformação da vida de milhares de jovens das periferias das grandes cidades brasileiras.

O sociólogo, filho de pai porteiro e mãe diarista, passou a infância e parte da adolescência numa Cohab de Itapevi, na Grande São Paulo. Foi nessa época, quando já escutava rap e já havia lido a obra *Cidade de Deus*, de Paulo Lins, que o discurso politizado e as organizações dos militantes do hip hop chamaram sua atenção. “Eles não tinham o linguajar mais ou menos sofisticado dos seguidores do rock nacional ou dos punks. No entanto, apresentavam forte sentimento de indignação e revolta contra as mazelas sofridas pelos moradores das periferias brasileiras, especialmente contra a violência policial”.

Na graduação em Ciências Sociais, cursada da Unesp de Araraquara, Silva racionalizou essa experiência inicial e passou a estudar a leitura negativa que, de acordo com ele, parte da grande mídia faz sobre o hip hop, especialmente o rap. Após estudar os clássicos da área e fixar a ideia de que as teorias e conceitos aprendidos deveriam ser aplicados na análise da realidade atual, ele se aprofundou no estudo das periferias urbanas brasileiras. No mestrado em Sociologia pela Unesp, dissertou sobre os autores, contribuições e polêmicas da literatura marginal. Esse mesmo trabalho foi publicado em 2011 com o título de *Cultura e violência: autores, polêmicas e contribuições da literatura marginal* (Editora Annablume).

Para o sociólogo, mais do que um movimento cultural, o hip hop se apresenta como um movimento social capaz de evitar o envolvimento de muitos jovens com o mundo do crime. “Os críticos que acusam o hip hop de fazer apologia ao crime precisam entender que as sociedades modernas são muito mais complexas do que a leitura dual de branco ou preto. Nas periferias brasileiras, existe uma mancha cinzenta que amplia a fronteira entre certo e errado; moral e imoral; lícito e ilícito; e essas se tornam de difícil compreensão”, expõe. Além de tratar as complexas relações entre violência e hip hop, Silva vai além, destacando que a dinâmica da carreira acadêmica atual – “que ocupa os professores universitários com reuniões infundáveis, preenchimento de formulários, inúmeras orientações de mestrado e doutorado” – provoca, entre outras coisas, consequências negativas para a atuação pública do intelectual: há um vácuo criado na cena pública a partir dos anos 1990 que faz com que surjam novos organizadores da cultura, os intelectuais periféricos.

São personagens que, de acordo com Silva, ganharam relevância e estabeleceram diálogo com a academia e com a mídia sem terem, necessariamente, passado pela universidade ou pelo ensino básico. É o caso de Mano Brown, Thaíde, Paulo Lins, Ferréz, MV Bill, Sabotage e Rappin’ Hood. “Na realidade, a tese procura ir a contrapelo: se Chico Buarque, Caetano Veloso, Augusto Boal, Zé Celso Martinez Corrêa, podem ser intitulados intelectuais, por que Mano Brown não pode?”.



**O RAPPER SABOTAGE**

## Viés estético

Segundo Heloísa Buarque de Hollanda, é importante que estudos acadêmicos também passem a abordar as manifestações culturais da periferia pelo viés estético. “A grande maioria dos trabalhos ainda tem caráter externo, isto é, interpretam pelo viés sociológico ou antropológico, tratando a periferia como uma tribo exótica ou um mundo à parte”, analisa. “Mas, estamos vivendo um momento histórico, no qual a periferia é o centro das atenções, e isto começa a mudar”.

No rastro desta tendência de mudança surge a coleção *Tramas Urbanas*. Com curadoria assinada por Hollanda e publicada pela Aeroplano Editora, também dirigida por ela, o conjunto de livros tem como principal objetivo expressar e divulgar o trabalho de jovens pensadores, artistas e lideranças que falem a partir da, ou identificados com, favela e periferia. Diferente das teses acadêmicas, parte majoritária dos textos publicados pela coleção tem autoria dos próprios agentes culturais oriundos da periferia, como em *CooPerifa – Antropofagia periférica*, de Sérgio Vaz. “A importância, e mesmo a urgência, de sua divulgação será dar visibilidade ao surgimento da reflexão de teóricos, críticos, historiadores e pesquisadores que, pela primeira vez na nossa história, interpelam, a partir de um ponto de vista local, alguns consensos questionáveis das elites intelectuais”, escreve a curadora na apresentação da iniciativa em sua página pessoal na internet ([heloisabuarquedehollanda.com.br](http://heloisabuarquedehollanda.com.br)).

O mesmo problema de unilateralidade do olhar da academia foi sentido pelo historiador Antônio Eleilson Leite, coordenador cultural da ONG paulistana Ação Educativa, e acabou resultando na criação do seminário *Estéticas da Periferia*, cuja primeira edição, em 2011, se propôs a investigar o modo como a periferia era abordada pela universidade. “Fizemos um levantamento das teses publicadas até aquele ano e descobrimos que apenas 5% tinham enfoque na produção artística, o restante abordava a questão social ou tinha um viés mais antropológico”, relata. “A cultura da periferia é sempre muito reconhecida pela sua função social”.

“A produção artística periférica não está exposta à academia como arte; essa ausência de estudos é provocada por puro desconhecimento, é uma cultura que ainda está presa em seu *locus*”, opina Eleilson. Para ele, o grande problema advém do fato de a universidade se manter afastada do contemporâneo – “o rap levou 30 anos para receber uma atenção da academia” –, mas também é provocado pelo comportamento de seus representantes. “Os próprios artistas da periferia não valorizam tanto o seu trabalho artístico e boa parte do movimento cultural lida mal com a crítica. Há problemas em todas as partes”, avalia. Há, no entanto, exceções: “o Criolo, por exemplo, é um artista que transita bem entre a periferia e o centro, sem deixar de ser periférico”, afirma o historiador. Segundo ele, esta “perifericidade” do autor de “Não existe amor em SP” se mantém em seu universo de criação poética e até mesmo em sua postura. “Essa autopromoção periférica é política, ela sinaliza uma oposição à outra situação”.

Para Eleilson, o rap atual tenta trilhar os mesmo passos de Criolo e Emicida. “O movimento está num momento de se repensar; está seguindo uma proposta diferente, mais arejada, aparentemente menos combativa e politizada que o rap dos anos 1990, mas ainda assim bastante crítica”. Ele acredita que, assim como o fez a literatura periférica, a música também está buscando conseguir espaço para transitar entre a periferia e o centro. “Isso é muito interessante para a periferia, pois são esses pontos de conexão que criam uma intersecção que a tira de seu isolamento”, afirma ele, que vê em São Paulo grande chance da arte das quebradas deixar de ser interpretada apenas pelo seu contexto social. “Não conheço periferia que se imponha tanto quanto a paulistana”.

---

**AMANDA MASSUELA, HELDER FERREIRA e MARIANA MARINHO** são Jornalistas e escreve periodicamente para esta publicação. **Revista CULT, Setembro de 2013.**

## Deus, os suicidas e os ateus (MALU FONTES)

**NO MESMO** dia em que o suicídio do músico Champignon com um tiro na boca foi manchete nas páginas e telas mais nobres da imprensa brasileira, uma família formada pelo casal e seus dois filhos pequenos, na cidade de Cotia, na Grande São Paulo, ocupou espaços menos nobres e menos extensos. O casal cometeu suicídio e envenenou também as crianças e um cachorro. O pai deixou na parede da sala as razões para a atitude extrema: “Tentei cuidar dos meus filhos e não consegui”, traduzindo as dificuldades financeiras pelas quais passava.

Em comum entre os dois casos, o ato extremo de autoexterminio e a associação da motivação à depressão e a dificuldades econômicas. Nesse fim de semana mais um episódio associável ao suicídio veio à tona em São Paulo. Uma corretora de imóveis está sendo acusada de matar duas filhas adolescentes, o cachorro e depois tentar matar-se, com ingestão de grande quantidade de antidepressivos, abertura do sistema de gás da casa aberto e gasolina sobre o corpo.

Se há coisa que destoa do comportamento do jornalismo atual, cuja marca é o estardalhaço quando se trata da cobertura da maioria dos temas, é a abordagem comedida do suicídio. Há muito tempo se convencionou, numa espécie de consenso que nem precisou ser acordado para funcionar entre os jornalistas de praticamente todo o mundo, que o suicídio deve ser um tabu na imprensa. Ninguém ousa falar dele, a não ser nos casos de celebridades e nos casos em que, a princípio, é necessário esclarecimento policial das circunstâncias da morte. Argumenta-se que a dor desses casos não é do interesse público, por só dizer respeito à família, e que falar do assunto poderia induzir as pessoas a adotar o mesmo gesto extremo.

Entretanto, com ou sem cobertura dos casos de suicídio nas grandes cidades, os índices só aumentam. E em todo o mundo. No Brasil, então, deram um pulo. Se em toda a década de 80 cresceram 2,7% em relação à década anterior, na década de 90 o crescimento foi de 18,8%. Da década de 90 para 2011 o índice pulou para 28,3%. E o que é pior: os estudiosos do mapa da violência no Brasil afirmam que os casos de suicídio devem ser hoje cerca de 30% mais altos que os registrados oficialmente no país, pois muita gente cujo atestado de óbito diz que a morte se deu por queda, atropelamento, acidentes de trânsito ou envenenamento, muitas vezes provocou a morte propositadamente, jogando-se de viadutos, por exemplo. Ou, para ficar em casos comuns em Salvador, o envenenamento por chumbinho, substância que, embora proibida, é comprável no comércio clandestino das feiras populares.

Enquanto impera o tabu do suicídio na imprensa, supostamente em nome do respeito à dor de quem fica – e à pergunta incômoda que não quer calar entre amigos e familiares: o que eu poderia ter feito para evitar isso? – por outro lado, a sociedade quase em uníssono, alimentada por valores religiosos, não cansa de repetir uma tese mais desrespeitosa que qualquer abordagem jornalística sobre o tema. Tratando-se de imprensa, o apresentador José Luiz Datena é o porta-voz mor desse pensamento. Diante da morte da família de Cotia, ele não cansava de repetir que só um fenômeno explica o suicídio: a falta de fé em Deus, a falta de Deus no coração, associando aos ateus e agnósticos uma tendência quase natural ao suicídio. Isso sem falar que todos que pensam assim não se constrangem em declarar o desrespeito pela dor de quem não suporta mais enfrentar o real e apontam e julgam os suicidas como fracos e covardes.

---

**MALU FONTES** é Doutora em Cultura, jornalista e professora da FACOM-UFBA. **Jornal CORREIO, Setembro de 2013.**



Lucas Rocha